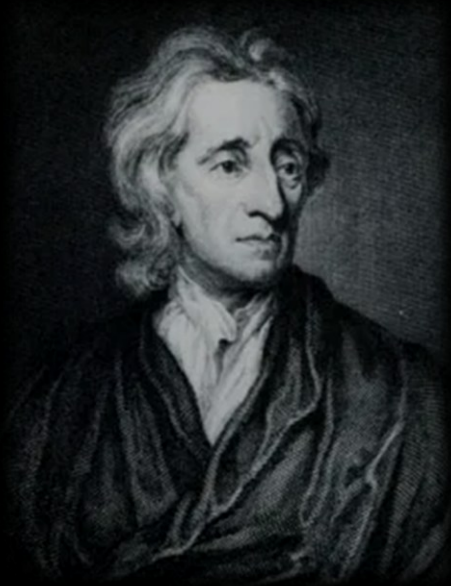
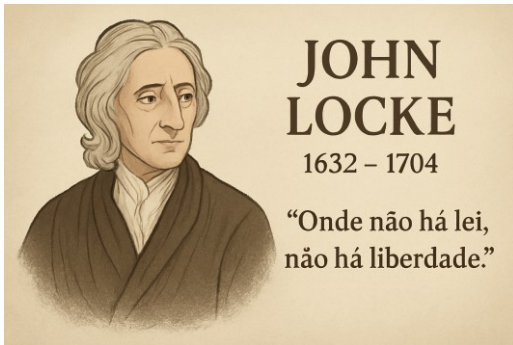


*“Onde não há lei,
não há
liberdade”*



John Locke
1632 - 1704

ANA SILVA – UFCO 0563 – LEGISLAÇÃO
COMERCIAL 25TADM03-NS
FORMADORA ISABEL SILVA



Para **John Locke**, o Estado devia proteger os **direitos naturais**: a vida, a liberdade e a propriedade. Defendia o **liberalismo político**, ou seja, a liberdade individual e os direitos naturais, com um Estado limitado por leis e

instituições que garantam a segurança e a justiça dos cidadãos, impedindo abusos de poder.

Vivemos hoje numa sociedade onde a **liberdade de expressão** parece, em certos momentos, estar a ser posta em causa. Muitas vezes, uma simples opinião é considerada ofensiva, o que mostra como o equilíbrio entre liberdade e respeito continua a ser um desafio. Assim, o que Locke defendia — a harmonia entre liberdade e lei — ainda é muito atual e necessário.

A frase “**Onde não há lei, não há liberdade**” destaca uma ideia central do pensamento de Locke: a lei não é uma limitação injusta da liberdade, mas sim a sua **garantia**. Sem regras comuns, cada um faria o que quisesse, e isso levaria ao **caos** e à **opressão do mais forte sobre o mais fraco**.

Em Portugal, vemos esse princípio aplicado em vários aspetos da vida quotidiana. As **leis de trânsito**, por exemplo, impõem regras que podem parecer restritivas, mas são essenciais para garantir a **segurança** e a **liberdade de todos circularem** sem risco.



Exemplo: os limites de velocidade ou o uso obrigatório do cinto parecem restrições, mas evitam acidentes e salvam vidas — ou seja, **preservam a liberdade de viver**.



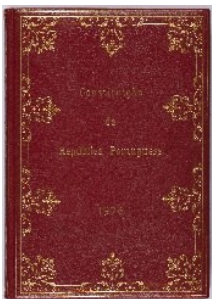
Também as **leis laborais** protegem os trabalhadores contra abusos, garantindo que a liberdade de uns (os empregadores) não se transforme na exploração de outros.

Exemplo: o salário mínimo nacional ou o direito a férias são leis que restringem a liberdade das empresas, mas protegem a liberdade e o bem-estar dos trabalhadores.

As Leis contra a discriminação e violência

Sem leis que punam o racismo, a violência doméstica ou o assédio, muitas pessoas viveriam com medo ou oprimidas.

Exemplo: a **Lei n.º 112/2009**, que protege as vítimas de violência doméstica, limita a liberdade do agressor, mas garante a liberdade e a dignidade da vítima — o que é exatamente o sentido da frase de Locke.



E a **liberdade de expressão**, consagrada na **Constituição Portuguesa**, é um direito fundamental, mas com limites definidos pela lei — para impedir que a liberdade de um cidadão destrua a dignidade de outro.

A Pandemia de COVID-19

Durante a pandemia, o Governo impôs **regras de confinamento e uso de máscara**.

Muitos sentiram perda de liberdade, mas o objetivo era proteger a **liberdade de viver com saúde** — exatamente o equilíbrio entre lei e liberdade que Locke defende.



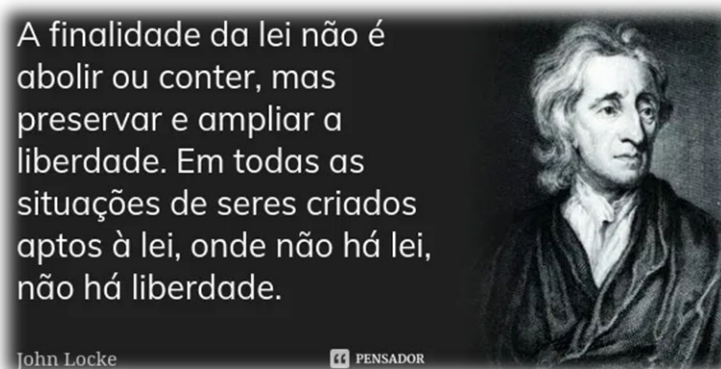
Locke mostra que a **lei e a liberdade não são opostas**, mas sim **complementares**: só através de normas justas é possível garantir que a liberdade de um não destrua a liberdade do outro.

Como diz o próprio Locke, e como a experiência em Portugal demonstra todos os dias, **a liberdade de um termina onde começa a liberdade do outro**.

Ao realizar este trabalho, percebi que o princípio de equidade que Locke defendia — o de que todos devem ser tratados de forma justa — nem sempre é cumprido. Tal como ele acreditava que a lei deve garantir igualdade de condições, também na vida e na avaliação é essencial que todos tenham as mesmas oportunidades.

Em resumo, a lei é o alicerce da verdadeira liberdade. Sem regras, viveríamos num estado de insegurança e conflito; com elas, podemos viver numa sociedade onde todos sejam livres, desde que respeitem o espaço e os direitos dos outros.

Num tempo em que a liberdade é muitas vezes confundida com ausência de limites, o pensamento de Locke recorda-nos que **só o respeito pela lei garante uma convivência justa e genuinamente livre entre os cidadãos**.



Ao refletir sobre a frase, percebo também a importância da justiça e da igualdade nas avaliações e oportunidades. Quando as regras são aplicadas de forma diferente, a liberdade e o mérito deixam de ter o mesmo valor para todos. Assim, até no contexto escolar, podemos ver como as ideias de John Locke continuam atuais: a lei e as regras devem existir para garantir que todos sejam tratados com equidade.